

O Brasil diz 'não' aos EUA, aos banqueiros e ao FMI.

O governo Sarney decidiu não aceitar as sugestões do governo norte-americano, dos banqueiros externos e do Fundo Monetário Internacional, para "ajustar" a economia brasileira. O FMI chegou a pressionar o governo para aumentar a carga tributária em 60% e retomar o arrocho salarial, com a reativação do Decreto-Lei nº 2.045, que corrigia os salários em 80% do INPC. As informações foram dadas ontem em Brasília pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro.

O ministro revelou que, logo na sua primeira reunião com assessores do FMI, em Washington, houve sérios atritos por causa de "propostas absolutamente irrealistas e impossíveis de serem concretizadas". Segundo Funaro, o FMI só pensa em equilibrar imediatamente o setor público brasileiro, mesmo às custas de manutenção da recessão. "O FMI queria que o setor público apresentasse um superávit de 4%."

Conforme Funaro, o déficit operacional, ao contrário do que quer o FMI, ficará em 3,2% este ano em 0,5% no próximo ano. O ministro do Planejamento, João Sayad, é menos otimista: acha que em 1986 o déficit operacional alcançará 1% do produto interno bruto, ou Cr\$ 35 trilhões do PIB de Cr\$ 3,5 quadrilhões.

Após as pressões do FMI, o ministro Funaro disse que retornou à Embaixada do Brasil, em Washington, de onde fez um relato telefônico ao presidente José Sarney. O

presidente determinou que resistisse e só negociasse o que não prejudicasse o crescimento da economia. "Foi um momento histórico do qual muito me honro", salientou.

Em Seul, na sua segunda viagem ao Exterior, o ministro Funaro disse que as pressões também foram enormes. Um grupo dos 14 maiores bancos credores do País reuniu-se com o presidente do Banco Central, Fernando Bracher, "recomendando" que o Brasil assinasse um acordo com o FMI. Sem o acordo, ameaçavam, o Brasil não conseguiria re-financiar a dívida externa.

No dia seguinte, Funaro disse ter conversado com cada um dos 14 banqueiros, separadamente, explicando-lhes que o Brasil tem honrado o pagamento dos juros, realizado um pesado ajuste externo e não aceitava nenhuma pressão ou imposição para políticas restritivas. Todos compreenderam, segundo Funaro.

As pressões dos EUA

Porém, ainda em Seul, foi a vez de o secretário do Tesouro dos EUA, James Baker III, e do presidente da Reserva Federal, (o banco central norte-americano), Paul Volcker, advertirem que o Brasil nada conseguiria sem o aval do FMI. Mais uma vez, Funaro lembrou que o Brasil não estava pedindo dinheiro novo, precisava manter suas reservas elevadas e por isso não faria o acordo. Antes de retornar ao Brasil, Funaro disse

ter comunicado a Jacques de Larosière, gerente do FMI, que nenhuma missão do FMI viria ao Brasil como nenhuma missão do Brasil iria a Washington.

A terceira viagem, no final da semana passada, já foi bem melhor, segundo o relato de Funaro. Ele disse ter recebido uma "cordial" visita de Jacques de Larosière na embaixada brasileira, em Washington, onde o diretor-gerente do FMI elogiou o pacote brasileiro. Com James Baker, no dia seguinte, Funaro disse ter reclamado das condições exigidas pelo seu programa, basicamente abertura de mercado e privatização de empresas. Ao que Baker teria respondido: "O Brasil não precisa aceitar as condições, pode recorrer ao programa sem isso".

Assim, para Funaro, a situação brasileira hoje, na área externa, é de respeito, a partir de uma nova postura. "Trabalhamos com seriedade e com um cacife: 130 milhões de brasileiros". Tanto no Senado como na Câmara, Funaro foi bastante aplaudido ao fazer esse relato.

A seguinte frase, forte, foi pronunciada pelo ministro Dílson Funaro, ao final de sua exposição aos políticos sobre as pressões do FMI: "Nunca mais vamos aceitar a presença do FMI no Brasil", arrancando aplausos antes de arrematar: "Se não fazemos cartel de devedores, também não aceitamos o cartel dos credores".